



MODOS DE DIZER, MODOS DE VIVER

WAYS OF SAYING, WAYS OF LIVING

Marilda Alves Adão Carvalho ¹

RESUMO

Este artigo insere-se no campo dos Estudos da linguagem como prática social, compreendendo a comunicação como dimensão essencial da vida coletiva e da produção de sentidos que estruturam o convívio humano. De natureza qualitativa e bibliográfica, a pesquisa tem como objetivo analisar como os modos de dizer expressos nas práticas discursivas e culturais refletem, produzem e transformam os modos de viver, evidenciando o papel da linguagem na construção simbólica da realidade social. Fundamentado em autores, tais como Habermas (2012), Castells (2015; 2011), Hall (2019), Bauman (2021; 1997) e Bourdieu (2021; 2018), no estudo se reconhece que a comunicação ultrapassa a mera transmissão de informações, constituindo-se como prática simbólica e política em que são negociados valores, identidades e pertencimentos. A linguagem é vista como mediadora entre sujeitos e contextos, espaço em que se entrelaçam significados, projetam-se identidades e constroem-se formas de sociabilidade. As práticas comunicativas e culturais são compreendidas como campos de disputa e criação, em que se manifestam forças de coesão e de transformação da vida social. Conclui-se que, no cenário contemporâneo, marcado pela globalização e pelas tecnologias digitais, os processos comunicativos adquirem novas configurações, ampliando a circulação de discursos e a complexidade das interações humanas. A reflexão proposta articula linguagem, cultura e sociedade, demonstrando que compreender os modos de dizer é compreender os modos de viver, pois cada enunciação participa da tessitura simbólica que organiza, renova e reconfigura o mundo social, sustentando os vínculos humanos e a possibilidade de coexistência na diversidade.

Palavras-Chave: 1. Linguagem 2. Sociedade 3. Comunicação e interação.

ABSTRACT

This article is situated within the field of Language Studies as a social practice, understanding communication as an essential dimension of collective life and of the production of meanings that structure human coexistence. Qualitative and bibliographical in nature, the research aims to analyze how the modes of saying, expressed in discursive and cultural practices, reflect, produce, and transform the modes of living, highlighting the role of language in the symbolic construction of social reality. Grounded in authors such as Habermas (2012), Castells (2015; 2011), Hall (2019), Bauman (2021; 1997), and Bourdieu (2021; 2018), the study recognizes that communication goes beyond the mere transmission of information, constituting a symbolic and political practice in which values, identities, and belongings are negotiated. Language is understood as a mediator between subjects and contexts, a space where meanings intertwine,

¹ Doutora em Estudos Linguísticos. Professora na Universidade Estadual de Goiás - *Campus* Sudoeste / Sede: Quirinópolis. E-mail: mari.carvalho@ueg.br.



identities are projected, and forms of sociability are constructed. Communicative and cultural practices are conceived as fields of dispute and creation, in which forces of cohesion and transformation of social life are manifested. It is concluded that, in the contemporary scenario marked by globalization and digital technologies, communicative processes acquire new configurations, expanding the circulation of discourses and the complexity of human interactions. The proposed reflection articulates language, culture, and society, demonstrating that understanding the modes of saying means understanding the modes of living, since each enunciation participates in the symbolic fabric that organizes, renews, and reconfigures the social world, sustaining human bonds and the possibility of coexistence in diversity.

Keywords: 1. Language 2. Society 3. Communication and interaction.

INTRODUÇÃO

As transformações que atravessam a vida social nas últimas décadas têm reconfigurado profundamente as formas de convivência, de expressão e de produção simbólica. A aceleração tecnológica, a globalização e a multiplicação dos espaços de interação deslocaram fronteiras entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo, alterando o modo como os sujeitos se percebem e se relacionam. Nesse cenário de mudanças, a linguagem e a comunicação emergem como dimensões centrais para compreender a complexidade das relações humanas, pois nelas se inscrevem os conflitos, os acordos e as negociações que estruturam o viver em sociedade.

A comunicação, nesse sentido, não se reduz a um instrumento funcional de troca, mas se constitui como campo simbólico em que se tecem os vínculos e se elaboram os sentidos que sustentam o mundo social. É por meio dela que os sujeitos compartilham saberes, constroem pertencimentos e projetam identidades, revelando que modos de dizer expressam modos de viver. As mídias digitais e os ambientes interativos ampliam esse processo, produzindo novas formas de sociabilidade e circulação discursiva, ao mesmo tempo que instauram desafios para a convivência e o reconhecimento. A linguagem, assim, torna-se o espaço por excelência em que se revelam as tensões entre tradição e mudança, individualidade e coletividade, visibilidade e exclusão.

É nessa perspectiva que se insere o presente estudo, que focaliza a comunicação como prática social e simbólica constitutiva das formas de vida. De natureza



qualitativa e bibliográfica, a pesquisa busca analisar como os modos de dizer — expressos nas práticas discursivas e culturais — refletem, produzem e transformam os modos de viver. Ao compreender a comunicação como processo de negociação simbólica e espaço de produção de sentidos, evidencia-se sua relevância para a construção da vida coletiva e para a compreensão das transformações sociais contemporâneas.

As práticas comunicativas e culturais, ao mesmo tempo que traduzem realidades sociais, também as reinventam. É na linguagem que se manifestam as lutas por reconhecimento, as estratégias de pertencimento e as possibilidades de resistência. Assim, compreender os modos de dizer é compreender as dinâmicas do viver em sociedade, pois cada enunciação participa da tessitura simbólica que mantém, renova e transforma o convívio humano. Ao articular linguagem, sociedade e interação, o trabalho propõe uma reflexão sobre o papel constitutivo da comunicação nas formas de existir e de partilhar o mundo.

COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA VIDA COTIDIANA

Na vida social contemporânea, a comunicação ocupa um lugar central na produção de vínculos, na circulação de saberes e na construção dos significados que sustentam o convívio humano. É por meio dela que os sujeitos se reconhecem, se organizam e atribuem sentido às suas experiências cotidianas. A linguagem, nesse contexto, constitui o eixo simbólico que materializa essa dinâmica, pois é por meio das práticas discursivas que se constroem e se partilham sentidos capazes de ordenar a vida coletiva. Como observam Begger e Luckmann (2014), os modos de dizer revelam modos de viver, uma vez que a comunicação torna possível a criação das interações que estruturam o mundo social. Inserida nesse processo, a comunicação mostra-se inseparável da vida cotidiana, especialmente diante da complexidade das sociedades atuais, nas



quais múltiplas formas de interação e mediação produzem novas maneiras de significar. A televisão, por exemplo, participa ativamente desse movimento: presente na rotina de milhões, constitui um dispositivo de produção e circulação de sentidos que dá forma ao que Schütz e Luckmann (2011) e Habermas (2012) denominam “mundo da vida” — espaço simbólico que, segundo Mead (1967), abriga crenças, rituais e emoções continuamente reconstruídos. Para Martín-Barbero (2021), esse meio cria temporalidades e simulações próprias, configurando experiências que atravessam a cultura e redefinem o modo como o social é percebido e vivido.

Ao compreender a comunicação como instância que produz e reorganiza sentidos na vida cotidiana, torna-se possível situá-la no horizonte conceitual do “mundo da vida”, formulado por Habermas (2012). Esse conceito designa o espaço simbólico onde tradição, cultura e experiência se entrelaçam, servindo de base para as interações comunicativas que sustentam a existência social. Trata-se, portanto, de um tecido de significações compartilhadas que orienta a interpretação do mundo e legitima os modos de agir e de conviver. Nessa perspectiva, o “mundo da vida” opera como o cenário dinâmico em que os sujeitos constroem laços de solidariedade e reconhecimento mútuo, reafirmando a centralidade da comunicação na manutenção e na renovação da vida social. A reprodução do social, como afirma o próprio Habermas (2021), depende dessas práticas comunicativas que, inscritas no cotidiano, garantem a continuidade e a transformação das formas de convivência humana.

Nessa dinâmica constitutiva do mundo da vida, a comunicação cotidiana assume papel decisivo ao transcender a mera transmissão de informações e afirmar-se como prática social de negociação e produção conjunta de significados. É nesse espaço interacional que os sujeitos constroem realidades compartilhadas, orientando suas ações e formas de pertencimento. A linguagem, os gestos e as múltiplas manifestações expressivas funcionam como mediadores simbólicos entre sujeitos e contextos, viabilizando a coesão e a continuidade da vida coletiva (Watzlawick; Beavin Bavelas; Jackson, 2024). Essa compreensão evidencia que a comunicação constitui um processo ativo de criação da realidade



social, e não um simples reflexo de estruturas previamente dadas. Ao mesmo tempo, revela-se como um campo de permanente negociação simbólica, no qual se atualizam valores, crenças e modos de percepção que moldam o tecido cultural. Nesse sentido, comunicar é também interpretar o mundo, reinscrevendo continuamente o sentido das experiências humanas na vida social.

Inserida nesse movimento contínuo de interpretação e ressignificação da realidade social, a comunicação contemporânea manifesta-se em constante transformação. A multiplicidade de formatos e canais redefine modos de expressão e interação, especialmente com a expansão das tecnologias digitais, que promovem práticas comunicativas cada vez mais complexas e multimodais (Kress; Van Leeuwen, 2006). Essa pluralidade demanda uma compreensão contextualizada dos processos comunicativos, capaz de reconhecer a interdependência entre dimensões culturais, sociais e tecnológicas. Mais do que um fenômeno técnico, a comunicação digital configura-se como um espaço de produção simbólica que reconfigura a experiência humana, deslocando fronteiras entre o público e o privado, o local e o global.

As transformações que configuram o cenário comunicativo contemporâneo incidem diretamente sobre os modos de produção de sentido e sobre os processos de constituição dos sujeitos. Inserida nesse ambiente de múltiplas mediações tecnológicas e culturais, a comunicação cotidiana emerge como espaço privilegiado de construção identitária e de afirmação cultural. Por meio da troca simbólica, os indivíduos elaboram pertencimentos, constroem posições sociais e reconhecem-se como parte de coletividades mais amplas, fazendo das práticas comunicativas instrumentos essenciais para o reconhecimento mútuo e para a manutenção dos laços sociais (Habermas, 2012). Ao desempenhar essa função integradora, a comunicação reafirma-se como elemento estruturante da vida em grupo, sustentando a coesão e o dinamismo que caracterizam o convívio humano. Nesse processo, a identidade não se apresenta como dado fixo, mas



como construção permanente, continuamente reelaborada nas interações que tecem o tecido social.

Entretanto, a mesma rede comunicativa que possibilita a construção de identidades e pertencimentos também expõe tensões e conflitos simbólicos que atravessam o tecido social. Como observa Castells (2015), os processos comunicativos são perpassados por relações de poder, negociação e resistência cultural, nas quais se definem os sentidos e as posições dos sujeitos. Nessa dinâmica, a comunicação não se reduz a um espaço de consenso, mas constitui um campo de disputa simbólica em que se produzem, legitimam e contestam hierarquias sociais e formas de dominação. Desse modo, compreender a comunicação implica reconhecer seu caráter político e transformador, uma vez que nela se jogam tanto as forças de coesão quanto as possibilidades de mudança social.

Nesse cenário marcado por disputas simbólicas e pela circulação de poder, emergem novas formas de interação que reconfiguram as relações entre sujeitos e discursos. A personalização da comunicação, intensificada pelos avanços tecnológicos, cria espaços de interlocução individualizados e afetivos que redimensionam o modo como as pessoas se relacionam e constroem sentidos. Como destaca Vygotsky (2013), essas conexões emocionais ultrapassam o caráter meramente instrumental da linguagem, evidenciando sua função constitutiva na formação das experiências subjetivas e dos vínculos de pertencimento. Essas conexões emocionais ultrapassam o caráter meramente instrumental da linguagem, evidenciando sua função constitutiva na formação das experiências subjetivas e dos vínculos de pertencimento. Nessa perspectiva, a comunicação contemporânea revela-se como território híbrido, no qual razão e emoção se entrelaçam, produzindo novas formas de socialidade e redefinindo o próprio modo de ser e estar no mundo.

Os processos comunicativos, além de expressarem dimensões subjetivas e afetivas, estão também vinculados a estruturas institucionais que orientam e regulam os modos de interação social. As instituições, ao definirem normas, discursos e valores, consolidam práticas comunicativas que ultrapassam o



âmbito individual e incidem sobre a organização coletiva. Como observa Habermas (2012), essas instâncias funcionam como mediadoras entre a ação pessoal e a ordem social, assegurando a continuidade simbólica das formas de convivência. Compreender essa mediação permite reconhecer a comunicação como fenômeno simultaneamente subjetivo e institucional, no qual se articulam liberdade expressiva, regulação normativa e construção compartilhada de sentidos.

No contexto contemporâneo, marcado pela presença constante das tecnologias digitais, a mediação midiática amplia a circulação de discursos e de sentidos em escala global, produzindo configurações simbólicas cada vez mais complexas. Conforme aponta Sodré (2014), essa ampliação redefine a maneira como os sujeitos se comunicam, inserindo a vida cotidiana em redes de significação que se expandem para além dos limites locais. Diante dessa complexidade, compreender os processos comunicativos requer abordagens mais integrativas e atualizadas, capazes de apreender a comunicação como fenômeno cultural, tecnológico e social em permanente transformação.

A comunicação, inserida nas dinâmicas da vida cotidiana, assume papel central na constituição dos sentidos que orientam o agir social e cultural dos sujeitos. Reconhecer esse caráter formador significa entender que, ao interagir, os indivíduos produzem e compartilham significados que estruturam suas formas de convivência e de expressão. Essa dimensão simbólica revela a vitalidade dos modos de vida e das práticas comunicativas que sustentam a organização social. Trata-se de um campo fecundo de reflexão interdisciplinar, que aproxima linguística, sociologia e demais áreas das ciências humanas na compreensão dos processos de significação (Wolf, 2012).

Desse modo, a comunicação, em sua dimensão cotidiana, manifesta-se como força organizadora das interações humanas e como instância produtora de saberes que sustentam a vida coletiva, permitindo aos sujeitos coexistir e se transformar conjuntamente (Sodré, 2014). Essa dinâmica contínua de criação e



renovação de sentidos revela que o ato de significar socialmente é uma prática permanente, mediada por múltiplos atores e formas simbólicas que estruturam tanto o espaço público quanto o privado das relações humanas. A comunicação, assim, reafirma seu papel como fundamento da experiência social e da própria constituição da cultura.

CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS E EXPRESSÕES DE IDENTIDADE

Nas tramas que compõem a vida social, os contextos socioculturais exercem papel decisivo na maneira como os sujeitos se reconhecem e se posicionam no mundo. É nesse espaço de convivência simbólica que as identidades, tanto coletivas quanto individuais, se constituem e ganham visibilidade nas práticas cotidianas de comunicação. As manifestações culturais, por sua vez, materializam essas identidades ao reunir símbolos, rituais, linguagens e formas de expressão artística que dão corpo às experiências de pertencimento e diferenciação. Longe de configurarem realidades estáticas, tais expressões revelam a fluidez e a complexidade das identidades culturais, constantemente reinventadas pelas interações sociais e pelos processos de globalização e hibridismo que caracterizam o mundo contemporâneo (Hall, 2019).

A intensificação dos contatos entre culturas, impulsionada pela globalização, tem reconfigurado as formas de pertencimento e desafiado as concepções tradicionais de identidade. Como observa Hall (2019), esse cenário inaugura um tempo de transformações na identidade no contexto do multiculturalismo, em que as referências culturais deixam de se organizar em torno de fronteiras fixas e passam a se constituir em redes de significações móveis e interdependentes. As identidades, portanto, tornam-se processos em permanente construção, atravessados por influências locais e globais que se entrelaçam e se tencionam. Nessa dinâmica, Canclini (2014) aponta que o hibridismo emerge como marca das culturas contemporâneas, revelando a coexistência de tradições e inovações em um mesmo espaço simbólico. As expressões culturais, assim, não apenas preservam heranças, mas também incorporam novas formas de sensibilidade e de linguagem, refletindo a vitalidade e a complexidade do mundo atual.



Nas perspectivas sociológica e antropológica, ainda de acordo com Hall (2019), a identidade cultural é compreendida como uma construção simbólica que dá coerência e sentido à experiência social dos sujeitos. Ela se fundamenta em referências compartilhadas — língua, religião, costumes, símbolos e narrativas históricas — que organizam as formas de pertencimento e diferenciação no interior dos grupos (2024). Esses elementos funcionam como mediadores do reconhecimento, permitindo que o indivíduo se situe em relação ao outro e à coletividade. Entre eles, a língua ocupa um lugar central: mais do que um instrumento de comunicação, constitui um patrimônio simbólico que carrega valores, memórias e modos de significar o mundo, conforme advoga Bourdieu (2018) e Volóchinov (2017), por sua vez, assevera que é por meio da linguagem que o sujeito se inscreve na cultura, reafirmando, a cada enunciação, sua identidade e seu vínculo com o grupo social a que pertence.

As expressões culturais, presentes tanto nas produções artísticas quanto nas práticas cotidianas, constituem formas concretas pelas quais os grupos sociais projetam e afirmam suas identidades. Elas traduzem modos de ver, sentir e compreender o mundo, configurando-se como espaços simbólicos de memória e de resistência. As manifestações artísticas, em especial, ultrapassam a mera representação estética: nelas se condensam experiências históricas e lutas coletivas que reafirmam a dignidade e a voz de comunidades frequentemente silenciadas (Cândido, 2023). Nesse sentido, a cultura torna-se um território político, em que o sujeito reelabora sua condição e inscreve sua presença social por meio da criação e da expressão simbólica. Como observa Willians (2011), a cultura é um campo de disputas e significações em se forjam identidades e se projetam aspirações de transformação. Assim, ao mesmo tempo em que conserva tradições, ela abre caminhos para novas formas de reconhecimento, contribuindo para a afirmação de direitos culturais e para a construção de uma cidadania plural.



No contexto da sociedade brasileira, a diversidade cultural configura-se como um traço estruturante da formação histórica e simbólica do país. Fruto de intensos processos de colonização, escravidão e migração, essa pluralidade expressa-se nas formas de convivência, nas práticas religiosas, nas tradições artísticas e nas manifestações populares que compõem o mosaico indenitário nacional (Freyre, 2023). Para esse autor, o Brasil é um grande experimento de mestiçagem cultural, em que diferentes matrizes étnicas e culturais — indígenas, africanas e europeias — se entrecruzam, produzindo novas formas de expressão e pertencimento. Essa mestiçagem, entretanto, não se limita a uma fusão harmoniosa, mas revela tensões e disputas simbólicas que ainda marcam a vida social brasileira. Segundo Ortiz (2006), a cultura nacional resulta justamente dessa dialética entre integração e conflito, em que o popular e o erudito, o local e o global, o dominante e o subalterno se articulam de maneira complexa. Assim, práticas como o samba, o candomblé, as festas populares e a culinária regional não apenas representam tradições, mas reafirmam a vitalidade e a resistência das identidades que sustentam a pluralidade cultural brasileira (Ribeiro, 2015).

Essas manifestações culturais assumem papel decisivo como formas de resistência e de afirmação social, sobretudo para os grupos historicamente marginalizados. Povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outras coletividades subalternizadas fazem da cultura um território de visibilidade e de enfrentamento simbólico frente às hegemonias que buscam silenciá-los. Mais do que expressão estética, a cultura torna-se um instrumento político de reconstrução de memória e de reivindicação de existência. Nesse sentido, o referido autor compreende a cultura como uma arena de disputa de significados, onde se negociam continuamente os sentidos de pertencimento, autonomia e identidade. A relação entre cultura e identidade, portanto, ultrapassa o plano representacional: ela se enraíza nas práticas de resistência que asseguram a permanência de modos de vida e de saberes ameaçados pelo apagamento histórico e social (Hall, 2019).

A relação entre cultura e comunicação evidencia que as expressões culturais se constroem e se transformam-se por meio dos discursos, narrativas e imagens



que circulam socialmente. Esses fluxos comunicativos atuam como mediadores das identidades, ora reforçando, ora tencionando os sentidos de pertencimento e diferença. Nos meios digitais, essa dinâmica ganha novas dimensões: as redes sociais e as plataformas virtuais tornam-se espaços privilegiados para a difusão e a recriação simbólica das manifestações culturais. Esses ambientes promovem, simultaneamente, a fragmentação e a ampliação das formas de expressão indenítária (Thomas, 2020). Nesse cenário, a comunicação digital, de conformidade com Castells (2013), não apenas redefine os modos de interação, mas também reconfigura o campo cultural, possibilitando que vozes antes silenciadas ocupem o espaço público e inscrevam suas narrativas no tecido social contemporâneo.

A relação entre cultura e identidade, ao mesmo tempo em que potencializa formas de expressão e pertencimento, também expõe as contradições e desigualdades que estruturam a vida social. Em sociedades marcadas por exclusões históricas, a negação de identidades — como as indígenas e as afro-brasileiras — intensifica conflitos simbólicos e aprofunda processos de estigmatização (Castells, 2011). Como adverte Bourdieu (2021), quando uma identidade é negada ou desvalorizada, ocorre uma violência simbólica que mina o senso de pertencimento e pode gerar processos de exclusão social. Essa negação implica não apenas a invisibilidade de grupos e culturas, mas a supressão de suas vozes e de seus modos de existir. Desse modo, a valorização das identidades culturais torna-se uma exigência ética e política, condição necessária para o fortalecimento da diversidade e para a construção de relações sociais mais equitativas e plurais.

Nesse cenário, as políticas públicas de reconhecimento cultural assumem papel essencial na reparação de desigualdades históricas e na promoção de uma convivência mais equitativa entre os diferentes grupos sociais. Trata-se de iniciativas institucionais que buscam assegurar o respeito às múltiplas formas de expressão identitária, ampliando as possibilidades de inclusão e participação



cultural. As ações afirmativas e os programas voltados à valorização da diversidade constituem instrumentos concretos de reconhecimento simbólico, pois reafirmam a legitimidade das vozes e saberes que compõem o tecido social brasileiro (Honneth, 2022). Mais do que medidas compensatórias, essas políticas configuram-se como práticas de justiça social, ao promoverem o diálogo entre culturas e o fortalecimento do direito à diferença. Nesse sentido, Santos (2021) ressalta que a democratização da cultura passa pelo reconhecimento efetivo das identidades subalternizadas e pela ampliação de espaços de representação. Assim, ao valorizar a diversidade como patrimônio coletivo, tais políticas contribuem para consolidar uma sociedade plural, ética e comprometida com a igualdade simbólica e social.

A compreensão do entrelaçamento entre contextos socioculturais e expressões de identidade revela que ambos se constituem em permanente movimento, marcados por processos de diálogo, negociação e resistência. As identidades culturais não se fixam em fronteiras rígidas, mas se transformam continuamente em resposta às dinâmicas de poder, às mudanças sociais e às influências globais que atravessam o cotidiano. A cultura configura-se como uma arena de conflito e criatividade, em que se negociam os sentidos do pertencimento e da alteridade, evidenciando sua natureza plural e disputada (Canclini, 2014). Assim sendo, refletir sobre os modos de construção e reinvenção das identidades implica reconhecer que toda prática cultural envolve escolhas, posicionamentos e formas de resistência. Essa perspectiva amplia as possibilidades de análise acerca da convivência e do reconhecimento, reforçando o compromisso com uma sociedade que toma a diversidade como fundamento ético e político de coexistência.

DINÂMICAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS HUMANAS

A história humana tem sido marcada por movimentos contínuos de mudança que redesenham as formas de convivência, os modos de trabalho, as estruturas de poder e as sensibilidades coletivas. Cada época produz novas maneiras de



organizar a vida comum, redefinindo valores, expectativas e horizontes de sentido. Nesse fluxo, as transformações não se apresentam como eventos isolados, mas como processos complexos que interligam dimensões econômicas, culturais, simbólicas e afetivas (Marx, 2023). Como observa Giddens (2009), sociedades mudam, às vezes devagar, outras vezes de repente, e essas mudanças são oportunidades para novos arranjos, ideias, políticas e afetos. Essa leitura sugere que a vida social se constitui em permanente reconstrução, na qual cada gesto coletivo ou individual participa da tessitura dinâmica que renova incessantemente as práticas humanas.

Nesse cenário de transformações contínuas, a aceleração das mudanças sociais contemporâneas emerge como um traço decisivo da vida coletiva, impulsionada sobretudo pela expansão tecnológica e pela globalização. Esses fatores não apenas modificam a estrutura das relações sociais, mas também redefinem o próprio modo como o sujeito percebe a si e ao outro, instaurando novas formas de interação e pertencimento. Castells (2013) observa que o avanço da tecnologia, a globalização e as novas formas de comunicação impactam as relações interpessoais e o modo como as sociedades se organizam, evidenciando que as redes digitais e os fluxos globais de informação operam simultaneamente como espaços de encontro e de fragmentação. A hiperconectividade, nesse contexto, torna-se um fenômeno ambíguo: promove inclusão e visibilidade, mas também amplia desigualdades e isolamentos, impondo à convivência humana o desafio de reinventar constantemente suas formas de sentido e coesão (Bauman, 2021).

Nesse movimento de transformações aceleradas, as práticas humanas constituem o campo em que se tornam visíveis as tensões entre mudança e permanência, inovação e resistência. Cada gesto social traduz o esforço coletivo de adaptar-se às novas condições impostas pela globalização e pelas tecnologias emergentes, sem perder de vista as formas de pertencimento e solidariedade que sustentam a vida comum (Bauman, 2021). A adaptação às transformações



sociais contemporâneas, segundo Castells (2011), requer inovação tecnológica e políticas que assegurem inclusão, reduzindo disparidades entre segmentos populacionais, ressaltando que a resposta às mudanças deve ultrapassar a dimensão técnica para alcançar o compromisso ético e social. As práticas de trabalho, educação e sociabilidade, nesse contexto, configuram-se como espaços de reinvenção, nos quais o sujeito negocia continuamente os limites entre as exigências do novo e a preservação dos vínculos que dão sentido à experiência coletiva.

No contexto urbano, essas transformações assumem contornos particularmente visíveis, pois é nas cidades que os efeitos das inovações tecnológicas e das novas formas de organização social se materializam com maior intensidade. Para Lévy (2010) e Castells (2013), o crescimento do trabalho remoto e a digitalização dos serviços alteram a ocupação dos espaços públicos e privados, gerando novos desafios de governança, de modo a apontar para uma reconfiguração profunda das dinâmicas de convivência e uso do território. A emergência das chamadas cidades inteligentes traduz essa reordenação: ao mesmo tempo em que promete maior mobilidade, eficiência e segurança, revela contradições inerentes ao acesso desigual às tecnologias e à gestão dos dados coletivos. O espaço urbano, assim, torna-se um campo de disputas simbólicas e materiais, onde se expressam tanto as potencialidades de uma sociedade conectada quanto as novas formas de exclusão e controle (Townsend, 2014).

De modo complementar, as redes sociais e os ambientes digitais tornaram-se espaços centrais na configuração das práticas humanas, reordenando as formas de comunicação, trabalho e sociabilidade. Neles, segundo Castells (2013), a circulação instantânea de informações redefine os tempos e ritmos da vida cotidiana, instaurando novas lógicas de visibilidade, pertencimento e consumo. De acordo com Bauman (2021), a cultura contemporânea se transforma diante da rapidez das tendências e da efemeridade das experiências, o que influencia significativamente as práticas sociais e de consumo. Essa dinâmica revela que o digital não atua apenas como meio, mas como agente estruturante de



transformações simbólicas e materiais, condicionando os modos de existir, de produzir e de significar no mundo contemporâneo.

Entre as múltiplas dimensões das mudanças em curso, a transformação social encontra nos movimentos culturais e políticos um de seus motores mais potentes, pois é neles que se concentram as disputas por reconhecimento, igualdade e justiça. Esses movimentos operam como forças simbólicas e práticas que desestabilizam hierarquias e reconfiguram narrativas sobre pertencimento, gênero, raça e classe. Os movimentos culturais contemporâneos constituem elementos essenciais para as mudanças sociais, ao questionarem e redefinirem narrativas dominantes, evidenciando que a ação coletiva é também um gesto de criação de sentido e reposicionamento histórico (Honneth, 2022). Nessa direção, Santos (2017) advoga que os movimentos de resistência revelam o caráter performativo das lutas sociais, ao traduzirem em ação concreta o desejo de transformação. Assim sendo, a luta por direitos e a afirmação de identidades tornam-se expressões de uma vitalidade social que, ao mesmo tempo em que contesta, reinventa as práticas humanas e as formas de convivência.

Entretanto, o avanço tecnológico e a globalização, embora impulsionem inovações e ampliem possibilidades, também revelam as contradições que atravessam o tecido social contemporâneo. As promessas de progresso e modernização frequentemente coexistem com a intensificação de desigualdades e a precarização dos modos de vida. Eubanks (2018) observa que as desigualdades sociais são intensificadas por um mercado de trabalho dinâmico e pela automação, impondo uma necessidade constante de adaptação que nem sempre é equitativa” (p. 12), ressaltando que nem todos os grupos sociais dispõem dos mesmos recursos para enfrentar tais mudanças. Por sua vez, Castells (2013) argumenta que há uma tendência de a sociedade em rede concentrar poder e informação nos polos de maior conectividade, de tal forma a marginalizar aqueles que permanecem fora dos circuitos digitais. Assim, o progresso tecnológico, longe de ser neutro, expõe um paradoxo central: ao



mesmo tempo em que amplia horizontes de ação e conhecimento, reforça fronteiras sociais e econômicas que desafiam a construção de uma modernidade verdadeiramente inclusiva.

Diante desse cenário de contradições e possibilidades, as transformações sociais também se sustentam nas dimensões humanas que atravessam o cotidiano e fortalecem o convívio coletivo. A empatia e a criatividade, nesse contexto, constituem forças discretas, porém decisivas, para a reconstrução dos laços sociais e para a invenção de novas formas de coexistência. Bauman (1997) deixa evidente que pequenos gestos de empatia e coragem cotidiana sustentam o convívio e abrem horizontes para novas formas de viver, revelando que a mudança social não se faz apenas por grandes movimentos, mas também por atitudes sensíveis e responsáveis. Este autor assevera ainda que a criatividade moral reside na capacidade de imaginar o outro como parte de si, tornando a vida em comum um exercício permanente de responsabilidade. Assim, a força transformadora do humano manifesta-se na delicadeza dos gestos e na potência das relações, sustentando práticas mais inclusivas e solidárias em meio às incertezas contemporâneas.

Inserida nesse amplo processo de transformações sociais, a educação configura-se como um dos campos mais afetados pelas mudanças contemporâneas, pois nela se manifestam as tensões entre tradição e inovação, continuidade e ruptura. As práticas educacionais vêm sendo reformuladas para responder às exigências impostas pelos avanços tecnológicos e pelas novas formas de interação social. Delors (2021) afirma a necessidade de identificar novas competências que preparem os indivíduos para atuarem em contextos sociais em rápida transformação, evidenciando que a educação assume papel decisivo na formação de sujeitos críticos e adaptáveis. Não contrariamente, segundo Freire (2019), a escola do futuro é aquela que forma sujeitos capazes de aprender continuamente, de conviver com a diversidade e de intervir de modo crítico em seu meio. Assim, o campo educacional consolida-se como espaço de criação e responsabilidade coletiva, em que o conhecimento se integra à ética, à sensibilidade e à ação transformadora.



O avanço da digitalização e da automação vem alterando de modo profundo as relações sociais, estendendo-se das esferas públicas às formas de produção e organização coletiva. Tais transformações ampliam a conectividade e a eficiência, mas também instauram novas estruturas de vigilância e controle que desafiam os princípios de transparência e participação democrática. Para Foucault (2014), o uso crescente de tecnologias de monitoramento redefine as relações de poder e o controle social, impondo novos desafios à governança participativa e o direito à cidade, esclarecendo, pois, que o desenvolvimento tecnológico é sempre um campo de disputa política e ética. Nesse sentido, de conformidade com Lemos (2004), as cidades digitais configuram-se como territórios híbridos, nos quais o poder circula por meio de redes invisíveis que moldam o cotidiano. Assim, o impacto das inovações tecnológicas demanda uma reflexão crítica sobre os limites entre eficiência e liberdade, para que a modernização não se converta em instrumento de desigualdade e exclusão social.

Nas relações humanas contemporâneas, os efeitos das transformações tecnológicas e culturais evidenciam a necessidade de repensar os modos de organização social e as políticas que sustentam a vida coletiva. O avanço das inovações, embora amplie possibilidades, também acentua desigualdades e pressiona os sistemas públicos a promoverem respostas mais inclusivas e éticas. Para Sen (2000), uma sociedade equilibrada exige estratégias que promovam inclusão, acessibilidade e reduzam desigualdades, reforçando que o desenvolvimento só se legitima quando vinculado ao bem-estar comum. Em convergência, Beck, Giddens e Lash (2012) apontam que a modernidade reflexiva demanda instituições capazes de integrar a participação cidadã e a justiça social como eixos de suas práticas. Assim, a gestão das dinâmicas sociais contemporâneas deve articular dimensões tecnológicas, políticas e humanas, orientando a inovação para o fortalecimento da coesão e da equidade social.



Nesse percurso de tensões entre inovação, tecnologia e bem-estar coletivo, segundo Thompson (2011), a cultura emerge como instância mediadora que dá forma simbólica às transformações sociais. Mais do que um repertório de costumes, ela funciona como campo de significação e disputa, em que se negociam valores e modos de convivência. Já Canclini (2014) ressalta que mudanças culturais não são lineares, mas envolvem conflitos e sínteses que moldam novas práticas sociais e interesses coletivos, deixando claro que toda transformação tecnológica ou política encontra na cultura seu espaço de tradução e resistência. Desse modo, compreender as dinâmicas sociais implica reconhecer que os processos culturais articulam dimensões tecnológicas, políticas e simbólicas, constituindo o solo sobre o qual se constroem as interações, os sentidos e os modos de vida contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste estudo permitiu compreender a comunicação como dimensão constitutiva das relações sociais e dos processos de produção de sentido. Mais do que instrumento de transmissão, ela se afirma como espaço simbólico em que se organizam as experiências humanas, constroem-se identidades e definem-se as formas de convivência. Essa perspectiva desloca o olhar da função técnica para a força criadora da linguagem, capaz de articular o individual e o coletivo na tessitura da vida social.

A partir dessa compreensão, as práticas comunicativas e culturais revelam-se como territórios de criação e transformação, onde os sujeitos se confrontam, dialogam e produzem novas formas de significação. Nelas se evidenciam as tensões entre continuidade e mudança, tradição e inovação, pertencimento e resistência — movimentos que expressam a vitalidade da cultura como campo simbólico em permanente reconstrução. Essa dinâmica confirma a comunicação como eixo estruturante das relações sociais e como mediadora das experiências humanas no mundo contemporâneo.



Nesse sentido, os modos de dizer se tornam expressões dos modos de viver, mostrando que a comunicação participa ativamente das formas de inscrição do sujeito no social. É por meio dela que se elaboram os sentidos de pertencimento, negociam-se as diferenças e se constituem as bases simbólicas da coexistência. Assim, compreender a comunicação é também compreender as condições históricas e discursivas que sustentam o viver coletivo e que tornam possível a criação de novos vínculos sociais. No contexto brasileiro, essa visão ganha contornos práticos ao iluminar a diversidade cultural como motor de variação linguística: das dialetalidades nordestinas ao hibridismo urbano do Sudeste, passando pelas resistências indígenas e afrodescendentes, ela impulsiona estudos sociolinguísticos a mapear territórios discursivos reais, orientando políticas de educação bilíngue, programas de valorização de variedades regionais e intervenções que promovam a inclusão simbólica em cenários de desigualdade.

Em síntese, o percurso teórico desenvolvido conduz ao reconhecimento da comunicação como fundamento e horizonte da vida social. Nela se concentram as forças que produzem, renovam e partilham o sentido comum, tornando-a espaço privilegiado de transformação e continuidade. Pensar a comunicação, portanto, é pensar o próprio movimento da linguagem na construção do humano — um movimento que, ao articular cultura, sujeito e sociedade, mantém viva a possibilidade de recriar o mundo pela partilha simbólica do dizer, com implicações diretas para os estudos da linguagem no Brasil, onde a reflexão teórica deve se traduzir em práticas que celebrem e transformem a pluralidade cultural.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução de Vera Brittis. São Paulo: Paulus, 1997.



BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Edição revista. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: penalidade e identidade na sociedade moderna**. Tradução de Magda Soares. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas**. Tradução de Denise Moreno Pegorim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 2014.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2023. p. 171-193.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lucia Pereira do Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação - economia, sociedade e cultura**, v. II. Tradução de Vera Lucia Fróes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.



DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2021.

EUBANKS, Virginia. **Automating inequality**: how high-tech tools profile, police, and punish the poor. New York: St. Martin's Press, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Edição revista. São Paulo: Global, 2023.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**: esboço da teoria da estruturação. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Luiz Repa e Públio Gabriel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Carlos Abílio e Marcelo Furnari. São Paulo: 2022.



KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images**: a gramática do design visual. Tradução de Mônica Rodrigues de Carvalho. São Paulo: Edusp, 2006.

LE MOS, André. A (ciber)geografia das cidades digitais. **Scriptana Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 8, n. 170, p. 36, 1 ago. 2004. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-36.htm>. Acesso em: 15 out. 2025.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Freitas, Olivia Perez. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

MEAD, George Herbert. **Mind, self & society**: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: The University of Chicago Press, 1967/1934.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **As estruturas do mundo da vida**. Tradução de Gustavo Haensel et al. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.



SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o estudo da comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMAS, Marcelo. **A cultura nas redes**: fluxos, mediações e apropriações. 2. ed. São Paulo: Edições SESC, 2020.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução de Carmen Grisci. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

TOWNSEND, Anthony M. **Cidades inteligentes**: tecnologias digitais e o redesenho do espaço urbano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Gabriel Di Pierro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN BASVELAS, Janet; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**: uma contribuição para a pragmática. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**: textos escolhidos. Tradução de Vera Maria Marques Cordeiro e outros. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.